



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Unidade Central de Controle Interno

RELATÓRIO 01 AUDITORIA nº 01/2018 - CADASTRO DE PESSOAL

Emitente: Unidade Central de Controle Interno

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

Controlador responsável: Luciane Teresinha Pirovani Palácios

Exercício: 2018

1. Introdução

O Plano Anual de Auditoria Interna foi elaborado com base no conceito de Auditoria Baseada em Risco, cujos pontos auditados foram determinados em face da maior relevância, materialidade e vulnerabilidade, visando assegurar o cumprimento da missão institucional e a salvaguarda dos ativos.

Os fatores considerados na elaboração do PAAI - 2018 e os sistemas envolvidos o planejamento dos trabalhos de auditoria desta UCCI foram pautado em especial pelos seguintes fatores:

- a) Determinações e orientações emanadas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, Ministério Público e Câmara Municipal.
- b) Orientações constantes nos pontos de controle definidos em Instrução Normativa do TCEES, bem como as necessidades demandadas do município.

As ações de auditoria planejadas objetivam verificar o desempenho das atividades das Unidades Gestoras, comparando-as com os preceitos legais e as rotinas internas definidas por meio de Instruções Normativas.

O objetivo deste relatório é apresentar as constatações verificadas sobre o item Cadastro de Pessoal, da auditoria operacional nº 01/2018.

Foram realizadas análises minuciosas no cadastro de pessoal, de acordo com os relatórios emitidos pela Divisão de Recursos Humanos, recebidos por esta UCCI em 01/02/2018.

Verificou-se os relatórios dos meses de julho de 2016, julho de 2017 e janeiro de 2018, porém, as informações que serviram de base para elaboração das tabelas em anexo foram as do relatório do mês de janeiro/2018, por se tratar da situação



Prefeitura Municipal de Doris do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Unidade Central de Controle Interno

atual dos servidores públicos municipais e sobre o qual foram apresentadas as orientações e recomendações de acordo com a legislação municipal vigente.

Informamos ainda que a situação das preposições sobre os achados dessa auditoria serão monitoradas no decorrer do exercício 2018.

2. Relatório 01 Cadastro de Pessoal:

2.1 Auditoria Divisão de Recursos Humanos - Cadastro de Pessoal

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação	Base Legal (leis municipais) Analisadas
2.1.1	Os Cargos de Advogado previstos na LC 034/2016 foram transformados em Procuradores Municipais pela LC 40/2017 e no Relatório emitido pela Divisão de Recursos Humanos consta com a nomenclatura de Advogado.	Adequação da nomenclatura do cargo à legislação vigente.	Em providências.	LC Nº 06/2002 LC Nº 10/2008 LC Nº 11/2009 LC Nº 14/2012 LC Nº 18/2012 LC Nº 30/2015
2.1.2	O Cargo de Assistente Jurídico Municipal Gratuito foi criado pela Lei municipal nº 823/2017 e no Relatório emitido pela Divisão de Recursos Humanos consta com a nomenclatura de Advogado.			
2.1.3	Para o cargo de Agente Comunitário de Saúde foi constatado número de servidores superior ao número de vagas.	Adequação do quantitativo de servidores ao quantitativo de vagas previsto em Lei.	Em providências.	LC Nº 34/2016 LC Nº 35/2016
2.1.4	Para o cargo de Agente de Saúde foi constatado número de servidores superior ao número de vagas.	Adequação do quantitativo de servidores ao quantitativo de vagas previsto em Lei.	Em providências.	LC Nº 40/2017 LC Nº 41/2017
2.1.5	O Cargo de Auxiliar Administrativo antigo Oficial Administrativo, não teve sua nomenclatura alterada, para os servidores efetivos e foi constatado número de servidores superior ao número de vagas.	Adequação da nomenclatura do cargo à legislação vigente. Adequação do quantitativo de servidores ao quantitativo de vagas previsto em Lei.	Em providências.	LEI Nº 748/2012 LEI Nº 773/2013 LEI Nº 776/2013 LEI Nº 835/2017
2.1.6	Para o cargo de Auxiliar de Serviços de Limpeza e Conservação foi constatado número de servidores superior ao número de vagas.	Adequação do quantitativo de servidores ao quantitativo de vagas previsto em Lei.	Em providências.	
2.1.7	O cargo de Agente de Serviços Educacionais criado pela Lei Complementar nº 034/2016, antigo cargo de Auxiliar de Secretaria e Auxiliar de Biblioteca, consta a nomenclatura antiga do cargo.	Adequação da nomenclatura do cargo à legislação vigente.	Em providências.	



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Unidade Central de Controle Interno

2.1.8	<p>Conselheiro Tutelar é eleito através de votação.</p> <p>A Lei Municipal nº 773/2013 não determina que o pagamento do subsídio aos conselheiros seja incluído em folha de pagamento.</p> <p>Vincula o subsídio ao valor do salário mínimo e ao mesmo tempo diz que sofrerá os mesmos reajustes dos servidores públicos (Art. 31 e Art. 31 § 3º. Art. 38 estabelece que para efeitos de contribuição previdenciária o Conselheiro Tutelar estará submetido ao Regime Geral de Previdência, porém não autoriza o município fazer essa retenção e repassar ao INSS.</p> <p>Os Conselheiros Tutelares constam em folha de pagamento e possuem contracheque.</p>	Adequação da forma de pagamento dos subsídios aos Conselheiros Tutelares à legislação vigente, bem como, revisão da Lei municipal nº 773/2013.	Em providências.	
2.1.9	<p>O cargo de Zelador de Cemitério criado pela Lei Complementar Nº 34/2016, consta a nomenclatura antiga para cargo (coveiro).</p>	Adequação da nomenclatura do cargo à legislação vigente.	Em providências.	
2.1.10	<p>O cargo de Coordenador Escolar não foi encontrado na Estrutura Administrativa do Município, entretanto o mesmo consta como cargo comissionado na Lei Municipal nº 35/2016, art.108 (Estatuto do Magistério).</p> <p>Existe também a divergência deste cargo estar como comissionado e poder ser ocupado somente por servidor efetivo, no caso professor.</p>	Revisão do Plano de Carreira do Magistério e do Estatuto do Magistério.	Em providências.	
2.1.11	<p>O cargo de Diretor Escolar não foi encontrado na Estrutura Administrativa do Município, entretanto o mesmo consta como cargo comissionado na LC nº 35/2016, art.108 do Estatuto do Magistério.</p> <p>Existe também a divergência deste cargo estar como comissionado e poder ser ocupado somente por servidor efetivo, no caso professor.</p>	Revisão do Plano de Carreira do Magistério e do Estatuto do Magistério.	Em providências.	
2.1.12	<p>Para o cargo de Farmacêutico foi constatado número de servidores superior ao número de vagas</p>	Adequação do quantitativo de servidores ao quantitativo de vagas previsto em lei.	Em providências.	
2.1.13	<p>Os cargos de Agente de Arrecadação e Fiscal de Obras e Posturas criados pela Lei Complementar nº 034/2016, em Relatório emitido pela Divisão de Recursos Humanos ainda consta a nomenclatura antiga do cargo.</p>	Adequação da nomenclatura do cargo à legislação vigente.	Em providências.	
2.1.14	<p>O cargo de Regente Musical no relatório emitido pela Divisão de Recursos Humanos consta com a nomenclatura de Maestro, no entanto não existe na Estrutura Administrativa o cargo de Maestro.</p>	Adequação da nomenclatura do cargo à legislação vigente.	Em providências.	
2.1.15	<p>O cargo de Motorista Profissional criado pela Lei Complementar nº 34/2018 no relatório emitido</p>	Adequação da nomenclatura do cargo à legislação vigente.	Em providências.	



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Unidade Central de Controle Interno

	pela Divisão de Recursos Humanos consta a nomenclatura antiga do cargo.			
2.1.16	O cargo de Cirurgião Dentista no relatório emitido pela Divisão de Recursos Humanos consta o nome de Odontólogo PSB/PSF, não existe este cargo na legislação analisada.	Adequação da nomenclatura do cargo à legislação vigente.	Em providências.	
2.1.17	O cargo de Auxiliar Administrativo antigo cargo de Oficial Administrativo, no relatório emitido pela Divisão de Recursos Humanos somente consta os servidores contratados neste cargo, os servidores efetivos estão cadastrados como Oficial Administrativo. Número de servidores superior ao número de vagas.	Adequação da nomenclatura do cargo à legislação vigente. Adequação do quantitativo de servidores ao quantitativo previsto em lei.	Em providências.	
2.1.18	Para o cargo de Operador de Máquinas, foi constatado número de servidores superior ao número de vagas.	Adequação do quantitativo de servidores ao quantitativo de vagas previsto em lei	Em providências.	
2.1.19	Para o cargo de Professor MAPA o relatório emitido pela Divisão de Recursos Humanos consta o cargo como Professor Pós Graduação, porém não existe esse cargo na Legislação analisada. De acordo com informações da Secretária de Educação em relação aos contratos para o ano letivo de 2018 (contratos estes que não estão nos relatórios emitidos pelo RH), número de servidores acima do número de vagas.	Adequação da nomenclatura do cargo à legislação vigente. Adequação do quantitativo de servidores ao quantitativo previsto em lei.	Em providências.	
2.1.20	Para o cargo de Professor MAPB, 01 (uma) servidora possui nomenclatura diferente no relatório emitido pela Divisão de Recursos Humanos. De acordo com informações da Secretária de Educação, em relação aos contratos para o ano letivo de 2018 (contratos estes que não estão nos relatórios emitidos pelo RH). Número de servidores acima do número de vagas.	Adequação da nomenclatura do cargo à legislação vigente. Adequação do quantitativo de servidores ao quantitativo previsto em lei.	Em providências.	
2.1.21	Para o cargo de Professor MAPP o relatório emitido pela Divisão de Recursos Humanos consta o cargo como Supervisor Pós Graduado, não existe esse cargo na Legislação analisada. 1 servidora está cadastrada como Orientador, não existe esse cargo, na legislação analisada. De acordo com informações da Secretária de Educação, em relação aos contratos para o ano letivo de 2018 (contratos estes que não estão nos relatórios emitidos pelo RH). Número de servidores acima do número de vagas.	Adequação da nomenclatura do cargo à legislação vigente. Adequação do quantitativo de servidores ao quantitativo previsto em lei.	Em providências.	



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Unidade Central de Controle Interno

2.1.22	<p>Para o cargo de Professor MAPB (Educação Física), 01 servidor cadastrado para Secretaria de Saúde e 03 servidores cadastrados para a Secretaria de Cultura.</p> <p>O cargo da Secretaria de Saúde (NASF) é Educador Físico e não Professor.</p> <p>Para Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo não foi encontrada Lei Municipal que regulamente a contratação de Professor de Educação Física.</p>	<p>Adequação da nomenclatura do cargo à legislação vigente.</p> <p>Adequação dos servidores que estão atuando na Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo.</p>	Em providências.	
2.1.23	<p>O cargo de Secretário Escolar criado pela Lei Complementar nº 034/2016 no relatório emitido pela Divisão de Recursos Humanos ainda consta a nomenclatura antiga.</p>	<p>Adequação da nomenclatura do cargo à legislação vigente.</p>	Em providências.	
2.1.24	<p>O cargo de Secretário Municipal de Assistência Social no relatório emitido pela Divisão de Recursos Humanos consta Secretário Municipal de Ação Social.</p>	<p>Adequação da nomenclatura a legislação vigente.</p>	Em providências.	
2.1.25	<p>Para o cargo de Vigia foi constatado número de servidores acima do número de vagas.</p>	<p>Adequação do quantitativo de servidores ao quantitativo previsto em lei.</p>	Em providências.	
2.1.26	<p>Nomenclatura de algumas Secretarias Municipais estão em desacordo com a Lei 11/2009.</p>	<p>Adequação da nomenclatura a legislação vigente.</p>	Em providências.	

EQUIPE DA UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

Luciane Teresinha Pirovani Palácios
Controlador Geral Interno

Roberta Querubim Medeiros Martins
Auditor Público Municipal

Douglas da Silva Martins
Auditor Público Municipal



Prefeitura Municipal de Dorés do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Unidade Central de Controle Interno

3. Memorando de Encaminhamento do Relatório Nº 01

Memorando nº 040/2018/UCCI/PMDRP

Dorés do Rio Preto-ES, 27 de fevereiro de 2018.

Ao Chefe do Poder Executivo Municipal

Sr. Cleudenir José Carvalho Neto

Assunto: Relatório 01 da Auditoria Operacional Nº 01/2018 Cadastro de Pessoal

Senhor Prefeito,

Considerando que compete a esta Unidade Central de Controle Interno - UCCI, nos termos da Constituição Federal, Constituição Estadual e da Lei Municipal nº. 835/2017, apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, coordenar as atividades relacionadas com o Sistema de Controle da Administração Direta e Indireta do Município de Dorés do Rio Preto/ES, promover a integração operacional, realizar auditorias, conforme Plano Anual vigente e orientar o cumprimento dos atos normativos contidos no Manual de Rotinas Internas e Procedimentos de Controle do Município de Dorés do Rio Preto/ES.

Vimos encaminhar o Relatório 01 da Auditoria Operacional nº 01/2018, referente ao Cadastro de Pessoal em folha de pagamento.

Informamos também que na presente data foi encaminhado ao Secretário Municipal de Administração e Finanças cópia do relatório em questão, Através do Memorando nº 040/2018/UCCI/PMDRP.

Colocamo-nos à disposição para os eventuais esclarecimentos que e fizerem necessários.

Respeitosamente,

Luciane Teresinha Piorani Palácios



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Unidade Central de Controle Interno

Controlador Geral Interno